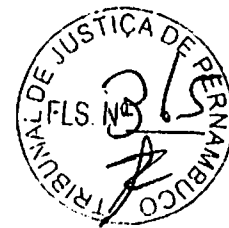




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº: 0186224-0

153

COMARCA : Garanhuns – 2ª Vara Criminal
IMPETRANTE : Francisco Gueiros Filho e outro
PACIENTE : VALTER ALEXANDRE SOARES RESENDE
PROCURADOR : Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Des. Nivaldo Mulatinho Filho

EMENTA. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. PRESENTES OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA DO PACIENTE. CONSTANGIMENTO ILEGAL SUPERADO ANTE A PROLAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

- I. A superveniência de decisão condenatória afasta a coação ilegal decorrente de eventual excesso de prazo na prestação jurisdicional.
- II. A prisão cautelar do paciente é medida que se impõe, como garantia da ordem pública. A grande quantidade de entorpecentes apreendida com o mesmo revela sua periculosidade.
- III. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

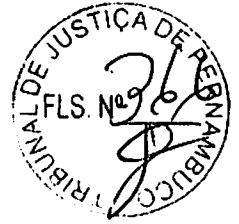
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0186224-0, no qual figura como parte o paciente VALTER ALEXANDRE SOARES RESENDE. Acordam os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em denegar a ordem, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de janeiro de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº: 0186224-0

154

COMARCA : Garanhuns – 2ª Vara Criminal
IMPETRANTE : Francisco Gueiros Filho e outro
PACIENTE : VALTER ALEXANDRE SOARES RESENDE
PROCURADOR : Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Des. Nivaldo Mulatinho Filho

RELATÓRIO

Os Beis. Francisco Gueiros Filho e Erick Onofre Gueiros impetraram ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **VALTER ALEXANDRE SOARES RESENDE**, (conforme consta na Denúncia e nos atos processuais apresentados), alegam que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal na sua liberdade de ir e vir, em decorrência ao excesso de prazo para formação da culpa, pois o acusado encontra-se preso desde o dia **22 de fevereiro de 2008**, por ocasião do Flagrante em virtude da suposta prática de infração tipificada no art. 33 da Lei 11.343/2006. Apontam como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns. Pugnam, também, pela inocorrência das hipóteses autorizadoras da prisão cautelar que fora determinada pelo referido Juízo nos autos do processo n. 216.2008.000504-9.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 14/324.

À fl. 331, consta indeferimento liminar, proferido pelo Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, Relator substituto.

A autoridade indicada coatora prestou informações às fls. 335/344.

Nesta Superior Instância a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofertou parecer (fls. 348/350), opinando no sentido de ser denegada a ordem.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



155

VOTO

Cuida-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido liminar, onde os Impetrantes insurgem contra o excesso de prazo para a conclusão do processo, e afirmam não existir nos autos motivos ensejadores da manutenção da prisão do paciente.

Alegam, também, que o paciente possui condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade. Ter sido provado por meio da instrução processual que o mesmo é dependente químico, e a droga encontrada em sua residência era para consumo próprio, ao mesmo tempo informa que o paciente foi vítima de tortura pela polícia militar dentro do presídio onde é custodiado.

Consta, resumidamente, da Denúncia de fls. 293/295, que no dia 02 de fevereiro de 2008, por volta das 16h00min, em cumprimento a Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Juízo da 2ª Vara Criminal de Garanhuns, policiais civis encontraram na residência do Denunciado uma pequena quantidade de maconha e uma pistola Taurus 7.65, municiada de carregador com 13 munições, e em continuidade, encontraram no veículo FIAT/UNO placa KFJ 8817, de propriedade do acusado, uma grande quantidade de pedras de "crack", cerca de 340 (trezentos e quarenta), além de cachimbo, isqueiros e cinzeiros. Em seguida o acusado foi preso em flagrante.

Às fls. 335/344, a autoridade coatora informou que a instrução encontra-se encerrada e, o feito tornou-se dificultoso e complexo por culpa da própria Defesa que suscitou incidentes de insanidade mental do acusado, ora paciente, e com isso atrasou o tramite processual.

O Juiz monocrático noticia ainda que a não concessão da liberdade provisória ao paciente se dá em virtude de existirem indícios de autoria e materialidade, consoante as provas colhidas durante ao inquérito processual e instrução processual afirmando:

"A prisão cautelar do réu é medida que se impõe, como garantia da ordem pública de acordo com a análise indiciária do caso em comum. Afinal, drogas como o CRACK viciam pessoas e destroem suas vidas logo nos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

156



primeiros usos da droga. A grande quantidade de droga apreendida com o acusado revela a periculosidade social do mesmo. (...). O réu não tem registros de condenações criminais anteriores, porém a primariedade e os bons antecedentes não são, por si só, motivos de conceder ao réu a liberdade provisória, ainda mais em crimes violentos que necessitam de imediata repressão por parte do poder público."

O douto Procurador de Justiça fls. 348/350, opinou no sentido de ser denegado à ordem, uma vez que o constrangimento ilegal alegado pelo impetrante não se encontra caracterizado, porquanto o processo se encontra com a instrução encerrada, faltando, apenas, a decisão final.

Em consulta ao sistema de acompanhamento processual – Judwin, observei que em 21.09.2009 foi prolatada **Sentença pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Garanhuns, nos autos do processo n. 216.2008.000504-9, transitada em julgada em 20.10.2009, que condenou o ora paciente VALTER ALEXANDRE SOARES RESENDE, nos termos do artigo 33 da Lei 11.343/06, a pena de 10 (dez) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa a ser cumprida inicialmente em regime fechado. (Em anexo cópias da movimentação atual do processo e da Sentença Condenatória em oito laudas)**

O Juiz sentenciante filiando-se a entendimento do STJ, não permitiu que o acusado recorresse em liberdade e afirmou:

"(...), estando o denunciado preso durante a instrução, não seria lógico nem jurídico, por em liberdade quem esteve preso no sumário e recebe pronunciamento judicial condenatório, não malferindo com isso, o sagrado princípio constitucional da presunção de inocência (STJ, Súmula 9)".

Assim, com a superveniência da Sentença Condenatória do ora paciente, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução criminal, a teor da súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual: **"ENCERRADA A INSTRUÇÃO CRIMINAL, FICA SUPERADA A**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

157



ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO POR EXCESSO DE PRAZO".

Nesse sentido pronunciou-se o STJ:

"HABEAS CORPUS. PENAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ALEGAÇÃO DE QUE TESTEMUNHAS FORAM TORTURADAS. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE PROVAS. VIA INADEQUADA. EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. PEDIDO PREJUDICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUADRILHA ORGANIZADA PARA A PRÁTICA DE TRÁFICO DE DROGAS. PROBABILIDADE DE REITERAÇÃO NA CONDUTA DELITUOSA. ORDEM DENEGADA.

1. A análise da alegação de que testemunhas foram torturadas, além de não ter sido suscitada ou, tampouco, apreciada pelas instâncias originárias, esbarra na vedação de reexame dos fatos e das provas na via exígua do writ.

2. A alegação de excesso de prazo na formação da culpa encontra-se prejudicada em razão da prolação de sentença condenatória.

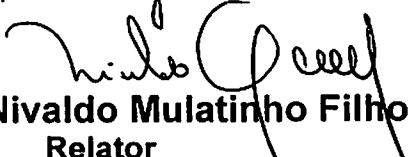
3. A prisão do Paciente, agora, decorre de superveniente sentença condenatória que, por ter se utilizado dos mesmos fundamentos da decisão judicial que decretou a prisão preventiva para negar o apelo em liberdade, pode ser examinada na presente ordem.

4. O decreto de prisão preventiva foi devidamente motivado na garantia da ordem pública, diante do perigo concreto que o Paciente oferece à coletividade em que exerce sua atividade criminosa e nos fundados riscos de persistência na atividade delitiva. Precedentes desta Corte Superior.

5. Habeas corpus parcialmente conhecido e julgado parcialmente prejudicado e, no restante, denegada a ordem.
(HC 85.687/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 20/04/2009)

Ante o exposto, em consonância com entendimento da douta procuradoria de Justiça, denego a ordem.

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator